

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

trabalhadores contra o patrão nos transportes estefânia

Os TRANSPORTES ESTEFÂNIA têm como gerentes João de Deus Duarte e João Duarte de Almeida, com um capital de 5.000 contos. Possui cerca de oitenta viaturas licenciadas para:

- Aluquer Geral (de 1.500 kg. a 38.000 kg.)
- Aluguers Especiais (de mercadorias várias: frutas e hortaliças, óleos comestíveis, óleos combustíveis e naftas, lixívias, peças indivisíveis de grandes dimensões, contentores, baldes basculantes)
- 8 camiões TIR (Transporte Internacional Rodoviário) e
- 1 camião licenciado em ADR (Acordo Europeu para transporte de mercadorias perigosas por estrada), que deve ser o único em Portugal.

Nesta empresa trabalham 118 trabalhadores: 94 motoristas e ajudantes, 2 no tráfego, 7 nos escritórios e 15 metalúrgicos.

Os trabalhadores dos Transportes Estefânia encontram-se em paralisação total desde o início do mês de Março. Sobre a luta que têm travado segue-se uma entrevista com um elemento da Comissão de Trabalhadores e alguns comunicados que distribuíram em Lisboa.

COMBATE - Podem-nos descrever os aspectos mais importantes da vossa luta?

Trabalhador - Os trabalhadores dos transportes Estefânia recorreram a um dos processos mais avançados de luta (paralisação total da actividade) após haverem tentado várias vezes o esclarecimento da sua situação no Ministério do Trabalho e em conversas com a gerência. Nada mais havia do que promessas e aparentes boas intenções. Reivindicavam os retroactivos de 1974, o cumprimento da Portaria dos Rodoviários, a regularização da situação referente às férias de 1975, os 132 meses de 1975 e os retroactivos de 1975.

A 28 de Fevereiro, a um sábado, em Plenário, decidiram pôr o problema à gerência duma forma concreta: ou cumpria com o estabelecido na lei ou na segunda-feira ninguém trabalhava até que ela pagasse o que devia. "Sim senhor, que parássemos, que aceitava a responsabilidade dessa paralisação e que quarta ou quinta-feira resolveria o problema. Pagar a Portaria isso nunca, que fora um dos principais impulsionadores para a impugnação e que não voltava com a sua palavra atrás, sob pena de ser considerado um traidor à classe". A grande maioria das empresas abraçadas cumpre a Portaria.



COMBATE - Desencadeado o processo como é que vocês desenvolvem a luta? Como se organizam e como fazem cumprir as decisões?

Trabalhador - Na segunda-feira seguinte ninguém saiu para a rua, os trabalhadores ficaram dentro das instalações e os motoristas que recolhiam as viaturas à sua porta regressaram à garagem com as referidas viaturas. A gerência esteve presente de manhã e depois saiu. Para atender os telefones e explicar das razões da

(Continua nas pags. centrais)

Espanha Lutas em Uralita e Iredelco

Uralita

Os trabalhadores de URALITA, S.A., antiga CAOLITA, decidiram na sexta-feira dia 12, ao meio-dia, adoptar a única posição que tem a classe operária para resolver os seus problemas: PARALISAÇÃO EM ASSEMBLEIA.

O motivo desta decisão foi a actualização do contrato colectivo: a empresa queria que este passasse despercebido na fábrica de Cuart de Poblet, concedendo apenas o correspondente ao aumento do Índice oficial do custo de vida. Nós trabalhadores, apresentámos as nossas reivindicações:

- 4.000 pesetas de aumento, igual para todos
- Uma reunião com representantes eleitos pelos trabalhadores das outras fábricas para negociar este aumento
- Readmissão dos trabalhadores despedidos nas lutas das fábricas de Madrid e Sevilha.

A empresa recusou-se redondamente aceitar as reivindicações e a negociar. A nossa resposta não se fez esperar: formámos uma bicha e percorremos as secções da empresa e a quase totalidade dos trabalhadores, excepto os do escritório, concentrou-se no refeitório. Procurámos evitar que a empresa nos acusasse de sabotagem, fazendo algumas tarefas de limpeza e manutenção.

(Continua na pág. 8)

Sanimar luta contra o aparelho do Estado

COMBATE: Como é que se fazia a gestão da firma antes da selagem?

Trabalhador A: Nós tínhamos uma Comissão de Gestão e continuamos a ter uma Comissão de Trabalhadores eleitos democraticamente pelos trabalhadores. A Comissão de Gestão zelava pelos interesses dos trabalhadores sendo a prova disso o trabalho que fazia. Aliás, se isso não acontecesse eram nomeados outros, porque nós decidimos em último caso.

Trabalhador B: Sabíamos o que faziam e víamos que se a empresa não era melhor gerida era devido a certos indivíduos que a não deixavam gerir melhor.

COMBATE: Quais?

Trabalhador A: São 43 tipos que estiveram de greve. Desde o momento que acabaram a greve, começaram a boicotar tudo. Estes tipos são os vendedores, os cobradores e os de escritório. Ora, não fazendo o trabalho deles a empresa teria que ter dificuldades, não é verdade? Estes tipos além de terem salários altos obtinham ainda bgrtificações.

COMBATE: O Estado nomeou depois uma Comissão de Gestão.

Trabalhador B: Nós estávamos a gerir a empresa através da comissão eleita fiscalizada pela Comissão de Trabalhadores e pelo controle operário. E então apareceram 3 gestões do Estado nomeados lá no Ministério do Trabalho naqueles gabinetes luxuosos. Um deles esteve até, inserido no 11 de Março. Nós ao ver estes tipos nomeados nas costas dos trabalhadores pusemo-nos na rua logo que entraram na sede, pois parecia que aquilo era tudo deles.

COMBATE: Mas vocês não querem a intervenção do Estado?

Trabalhador B: Nós queremos a intervenção estatal mas que sejam pessoas da confiança dos Trabalhadores e, o que é fundamental, 2 ou 3 trabalhadores nessa Comissão de Gestão. Só depois é que começaremos a trabalhar. Não é agora mandar para ali pessoas sem saberem como funciona a firma, porque ninguém sabe isso melhor que os trabalhadores. É claro, o governo meteu aqueles homens, deu-se uma grande confusão e apareceu a selagem (Continua nas pags. centrais)

Publicámos no número anterior do COMBATE a primeira parte da entrevista com dois trabalhadores da COOPERATIVA NOVO RUMO (Metaló-Mecânica, com cento e vinte e um trabalhadores, situada em Pedrouços - Lisboa), onde se focaram os aspectos internos do funcionamento da cooperativa.

Nesta segunda parte abordam-se problemas mais latos: o papel das cooperativas e empresas em auto-gestão no combate ao capitalismo e, nomeadamente o papel da coordenadora deste sector.

Ficou acordado que dentro em breve se realizará uma mesa redonda com diversas cooperativas ou empresas em auto-gestão para análise dos problemas que as afectam e perspectivas futuras.

COMO ORGANIZAM O TRABALHO O COLECTIVO DOS TRABALHADORES?

COMBATE - Ao passarem a cooperativa modificaram aspectos de organização dentro da fábrica. Os trabalhadores estão agora mais à vontade, sentem-se em casa a produzir, é de pensar que se possam ter produzido alterações no processo de trabalho ou noprocesso de fabrico.

Decorrido este ano houve da parte dos trabalhadores alguma proposta de alteração quer da produção, quer dos locais de trabalho, quer da maneira como o trabalho se realiza?

Trabalhador A - Bem, os processos de trabalho de agora pouco se modificaram em relação ao tempo do patrão. O que se nota efectivamente aqui, até porque há uma grande falta de trabalho, é que não se pode fazer uma planificação como deve ser. Não se pode prever a curto prazo, ou mesmo a médio ou longo, por quanto tempo vamos ter esta ou aquela máquina ocupada, por quanto tempo vamos ter este ou aquele trabalhador ocupado com determinado serviço. O que nos tem valido é que nos orçamentos fazemos normalmente ganharmos, não é porque sejamos melhores que os outros, mas porque conseguimos fazer prazos de entrega mais curtos do que qualquer outro empreiteiro, qualquer outro concorrente a esse mesmo concurso. O que acontece por vezes é que os sectores não têm gente suficiente para acabar esses serviços dentro dos prazos. Como temos alguma falta de trabalho são deslocados de outros sectores com menos trabalho elementos para os sectores mais sobrecarregados.

Vou-lhes dar um exemplo concreto: a iluminação pública. Por vezes há muito que fazer lá fora nas ruas; têm, por exemplo 20 postes para montar. Se os trabalhadores que lá andam não são suficientes, avançam elementos daqui, voluntariamente. Pergunta-se quem quer ir ajudar os companheiros da iluminação pública, vê-se quem ir. Vê-se partir serralheiros civis, serralheiros de máquinas, pegar nas picaretas, nas pás. Eles vão mesmo com os fatos sujos de óleo daqui para a rua. Tem-se visto noutros trabalhos que se tem feito para a Câmara Municipal de Lisboa - trabalhos de sinalização, de iluminação - que para cumprirmos muitas vezes os prazos, trabalhamos sábados e domingos e feriados, mesmo à noite.

As pessoas trabalham com vontade porque sabem que têm que entregar o material naquela altura.

Eu posso ainda dar outro exemplo que foi umas chapas de sinalização de estrada que fizemos para a Câmara. Nós demos um prazo curtíssimo. Os serviços burocráticos da Câmara demoram um bocado e a ordem de fabrico, a requisição chegou-nos cá atrasada. Nós tínhamos que entregar aquilo até ao último dia do ano. Pois no dia 31 às 3 da tarde estávamos a entregar as últimas chapas. Isto é só para dar uma ideia, e aqui vejam, 400 chapas para serem pintadas num espaço de tempo

muito curto só com um pintor. Houve mais dois ou três indivíduos que se agarraram à pistola e pintaram tão bem como o pintor.

COMBATE - Quando vos chega um novo trabalho, que é preciso dar a um determinado sector, como é que vocês ajustam os preços, os prazos, etc.? Discutem isso com o orientador, com a pessoa encarregada do sector, ou discutem com todos os trabalhadores do sector e tomam a decisão nesse momento com esses trabalhadores?

Trabalhador A - O que muitas vezes se verifica não é nós sabermos quando vamos entregar, mas o nosso cliente perguntar-nos se podemos fazer até à data x. Normalmente quando isto acontece e vou-vos dar um exemplo, aqui há tempos fizemos uns "drik trolleys". A TAP tinha uma série deles para reparar, uns aqui e outros em África (Luanda). O que aconteceu foi o seguinte: A TAP exigiu-nos um prazo muito curto porque já se tinha comprometido com uma companhia aérea com 2 boiengs para a Argélia. E o que é que aconteceu? Nós dissemos que não nos podíamos comprometer com aquele prazo de entrega sem consultar os trabalhadores. Nós regressámos às nossas instalações,

NOVO RUMO

fizemos uma reunião com todos os trabalhadores desse sector, expusemos-lhes o problema tal e qual nos tinha sido exposto e dissemos: "Meus amigos temos este trabalho mas só o poderemos fazer se nos comprometermos a entregá-lo no período de tempo que nos impõem, o que é que

vocês acham? Qual é a resposta que querem que se dê à TAP?" Todo o pessoal concordou, todos disseram que sim, e só depois de todos os trabalhadores terem concordado é que nós demos o sim à TAP. A TAP elaborou o contrato e nós assinámos.

Trabalhador B - Por exemplo sobre esse ponto da adesão do pessoal a um certo número de coisas temos aqui um caso de um sector em que se previa um certo trabalho com uma duração de seis meses, em que esses seis meses correspondiam ao prazo de entrega exigido. Não lhes foi dado resposta enquanto os serviços técnicos não conversaram com o sector; o contrato exigia uma permanência durante a totalidade das horas de serviço, a-crescida de duas horas extras, sábados,



domingos e feriados e durante seis meses. Não houve um único homem desse sector que dissesse não.

UNIÃO DE COOPERATIVAS UM ABALO AO CAPITAL?

COMBATE: Vocês ao formarem uma cooperativa mudaram as relações de trabalho aqui dentro: agora as relações de trabalho devem ser mais agradáveis que no tempo do patrão, por outro lado, vocês asseguram (o que é muito importante) o vosso salário e isto são os dois pontos básicos. Portanto, olhando para estes dois pontos podemos dizer que isto em nada alterou a sociedade capitalista. O que eu queria perguntar era, se vocês vêm um processo mais geral em que as cooperativas se possam enquadrar para fazer frente à sociedade capitalista. Isto é, se ao entrarem numa cooperativa isso representa um passo no ataque ao capitalismo hoje em Portugal. Pensando nesta empresa situada neste sítio, nestas condições vocês vêm que isto foi um passo na destruição do capitalismo, ou acham que isto unicamente vos garantiu continuarem a assegurar o trabalho e viverem de uma maneira melhor, com menos chatices?

Trabalhador A: Quero começar por dizer que nas cooperativas, erradamente ao que se passa pensar, não há salários, há levantamentos de acordo com a produção dos seus sócios. Se produzirem muito, se conseguirem atingir a sua média normal de levantamento pois levantam;

se não produzirem aquilo que é necessário produzir ou porque não há ou porque por qualquér outra contingência não foi possível produzir, pois receberá menos do que normalmente levanta.

O levantamento é feito de acordo com o que há, de acordo com a produção efectuada, ou melhor, de acordo com uma média pré-estabelecida conforme a produção que há, porque quando se produz mais do que o mínimo exigível para o levantamento de todos os sócios, evidentemente que não se vai distribuir todo esse dinheiro pelos sócios porque teremos um mês muito bom em que facturamos muito mais que o mínimo exigível mas poderemos ter outro mês em que não facturamos nem sequer metade desse mínimo. É como uma caução, esse dinheiro fica em caixa, ou aqui na própria caixa ou no banco do qual, através dos balancetes mensais ou sócios estão devidamente informados de quantohá ou quanto não há. De acordo com os estatutos a direcção tem poderes para suspender os levantamentos na base do que está a ser efectuada se verificar que a produção é baixa. Portanto, a direcção tem poderes para reduzir esses levantamentos e evidentemente pode também subi-los logo assim que entender.

(Continua na pág.6)

Editorial

Das necessidades do Estado às necessidades dos trabalhadores

Ao longo dos meses de Fevereiro e Março houve um grande surto reivindicativo dos trabalhadores em Portugal. A que se poderá atribuir?

Os trabalhadores, com certas excepções isoladas, ficaram quase indiferentes aos acontecimentos do 25 de Novembro, como já referimos em editoriais anteriores. Os acontecimentos de então diziam respeito às diversas facções do aparelho de Estado e os trabalhadores em geral, sentiam que isso pouco lhes dizia respeito. As repercussões do 25 de Novembro afectaram, no entanto, as lutas dos trabalhadores. O 25 de Novembro fortificou o aparelho de Estado permitindo que se começasse a fazer um controlo mais uniformizado e um planeamento mais geral da economia e, permitindo ainda saneamentos em vários ministérios, em especial nos meios de comunicação. Os vários projectos de capitalismo de Estado foram clarificados e os projectos mais "radicais" perderam terreno (FUR, UDP).

O rumo que tomava o novo aparelho de Estado não se tornou evidente imediatamente e quando, mais tarde, com o congelamento da contratação colectiva em vários sectores surgiram os decretos que permitiram o aumento de preços (especialmente da alimentação e transportes), estas medidas não depararam com a oposição imediata dos trabalhadores.

Uma tal vitória de um sector do aparelho de Estado requeria duas condições básicas. Requeria, em primeiro lugar, que os outros projectos de capitalismo de Estado fossem controlados (ou pelo menos modificados) e assim vemos os saneamentos nos vários ministérios (Agricultura em particular) dos técnicos que poderiam pôr em causa esta directiva. (Note-se que estes projectos diferem no ritmo das estadalizações e nas ramais da economia cujo controlo é considerado de maior importância. O controlo dos sectores mais importantes da economia depende do desenvolvimento das forças produtivas e da direcção que se lhes pretendem impor e dos acordos internacionais entre os vários capitalisms de Estado. As estadalizações - 64%, segundo números oficiais - não são postas em causa - o que é posto em causa são as áreas e os sectores da economia que se entende mais urgente estadalizar).

Mas, mais especialmente, essa vitória requeria o firme controlo das organizações dos trabalhadores. As várias buscas feitas a cooperativas, fábricas e organizações de trabalhadores, bem como a contínua exibição de força por parte da GNR e da PSP, destinam-se a ameaçar e assustar os trabalhadores e a tentar levá-los a aceitar o novo rumo "democrático".

O défice da balança de pagamentos e os empréstimos externos necessitam de uma taxa de inflação controlada. O Estado tentando prever as reacções dos trabalhadores, avança cautelosamente, decretando muitos dos aumentos semanas antes da real elevação dos preços, para que os trabalhadores só comecem a sentir o aumento muitas semanas depois. Os aumentos de salários que os trabalhadores conseguiram impor em lutas anteriores, ficaram reduzidos a nada. Economicamente para muitos trabalhadores, a situação é semelhante, senão pior, à que tinham em Abril de 74.

O aparelho de Estado assim fortalecido encontra-se em melhor posição para planear e controlar a economia. Por um lado pode manipular os meios de comunicação contra certas lutas de trabalhadores, espectacularizando divisões e tentando manipular a opinião publica contra certas lutas. A luta dos enfermeiros (em que o Estado apelou para o regresso ao "espírito de Florence Nightingale", esquecendo por conveniência a sua condição de trabalhadores assalariados) foi um desses casos. Mas o caso da Sanimar é mais marcante: a GNR ocupou a fábrica e selou os portões quando os trabalhadores recusaram a nova comissão de gestão, nomeada pelo Estado. Similarmente, a proibição de mais ocupações de terras (quando só 60% dos latifúndios estão ocupados) é mais uma tentativa para controlar aquelas terras que já foram ocupadas. A ocupação dos seareiros em Salvaterra, perto de Benavente, pouco noticiada, foi desocupada pela GNR numa tentativa de voltar os seareiros contra as propriedades ocupadas

e assim controlá-los. Eis como o governo põe um sector dos trabalhadores contra outro para fortalecer o seu próprio controlo.

Esta política destina-se a fortificar o controlo por parte do Estado das fábricas e cooperativas em autogestão e a forçá-las a aceitarem a planificação central feita pelo Estado. É uma tentativa de marcar passo enquanto o Estado não pode aumentar o seu domínio sobre estas unidades.

A demora na atribuição dos avales de Estado a certos sectores onde o patronato não estava em condições de pagar os retroactivos e o 13º mês, que os trabalhadores tinham conseguido impôr, forçou por sua vez os trabalhadores a lutarem contra o Estado, pois compreenderam que a planificação da economia cabe afinal ao Estado (Nota).

Nos sectores particulares da economia que o Estado pretende reorganizar ou planear mais globalmente, assistimos à sua intervenção, primeiro na aceitação ou não-aceitação da administração (patrões privados ou gestão dos trabalhadores) e segundo na concessão de empréstimos e no pagamento de salários em atraso. Isto é particularmente evidente em sectores como o Turismo (nos empréstimos à Torralta e nos acordos internacionais para a entrada em Portugal de turistas estrangeiros) bem como em sectores que precisa necessariamente de controlar, como a Energia (Petrocal) ou os Transportes (Estefânia). Os sectores que o governo não pretende desenvolver para já, são votados à indiferença quase total.

No movimento actual de greves vemos que o Estado faz uma selecção, rejeitando certas reivindicações e aceitando outras. Porque? Porque, se a tarefa de planificação e de reorganização da economia está nas mãos do Estado, é este que pode jogar um sector contra outro, ignorar sectores menos importantes para as exigências de planificação imediata.

Assim, na ofensiva desencadeada por parte dos patrões privados, notamos que o governo arquivou 128 processos para serem decididos dentro da estrutura geral da economia. As decisões em geral, não têm nada que ver com o passado político dos patrões privados, mas com as necessidades imediatas da planificação e da gestão. É isto, essencialmente, que certos partidos de esquerda não compreendem, quando põem a alternativa "fascismo ou socialismo". O Estado é pragmático e certos casos são considerados em termos da economia como um todo e não como uma "conspiração para possibilitar o regresso dos patrões" ou em termos de reprivatizações.

Em certas empresas em que o controlo estrangeiro é forte o Estado foi forçado a intervir (Timex, Firestone, Conlus, etc.) para manter as boas relações externas e para assegurar os empréstimos externos. Nestes casos a planificação estadal subordinada-se à necessidade mais premente de assegurar os empréstimos.

A resposta dos trabalhadores a este fortalecimento do capitalismo de Estado alastrou e intensificou-se. Desenvolveram-se novas formas de luta e os trabalhadores sentiram necessidade de desenvolver novas formas de solidariedade e de união. Assim, em muitas das lutas que hoje se travam os trabalhadores veem para a rua distribuir os seus comunicados, enquanto por outro lado reforçam as ligações com outras empresas em luta na mesma região, ou no mesmo sector, e estreitam os laços com a população local.

Nenhum dos partidos políticos, nem os sindicatos, nem a inter-comissões controladas pelos diversos partidos conseguiram controlar estas diversas lutas. Mas os trabalhadores não conseguiram ainda unir-se e organizar-se numa frente mais ampla. A necessidade desta base mais vasta de organização torna-se cada vez mais urgente à medida que a burocracia de Estado se torna cada vez mais forte.

NOTA - Grande parte dos trabalhadores quando luta contra o Estado, não tem ainda consciencia do significado da abolição do Estado como abolição do órgão centralizador e planificador da vida económica e social, luta muitas vezes pela substituição dos elementos que compoem o Estado, na vã esperança de encontrar governantes que defendam os seus interesses.



A Coop. Operária Confúrio fechou. Enquanto trabalhamos para a formação de uma tipografia onde COMBATE passará a ser impresso regularmente, saluemos, provisoriamente (N), a stencil, enviando-o a todos os assinantes e suspendendo a distribuição comercial. CAMARADA, se estás interessado em contribuir com COMBATE escreve-nos, telefona-nos (371733 - 14,30h-20h), ou VEM à R. da Atalaia, 204 (Lisboa) ou R. do Brainer, 50 (Porto).
(N) excepto se rapidamente, todos contribuímos para mínimo 300 aninantes de apoio!

NOVO RUMO

Mas isto é muito difícil prevermos no princípio do ano o que irá ser a produção durante o ano por isso é que no fim do ano há um remanescente, um remanescente que poderá ser maior ou menor. Normalmente esse remanescente, parte dele, será para distribuir por todos os sócios de acordo com a sua classificação numa tabela que foi elaborada por nós. Parte desse remanescente irá para o tal fundo associativo que é um fundo palpável e sempre que necessário a gente vai lá buscar o dinheiro para o que for necessário. Se houver um remanescente negativo pois todos os sócios estão na contingência de repôr do seu bolso a parte que receberam a mais. Os sócios fazem todos os meses um levantamento contabilisticamente, importância essa que lhes é debitada numa ficha, conta corrente, que cada um possui na contabilidade. A ficha só atingirá o seu saldo na contra partida no fim do ano. Ora essa contra partida só poderá ser creditada depois de todas as contas feitas, depois das contas seladas, os livros fechados, em que nós verificarmos qual foi efectivamente a produção exacta da cooperativa.

Há outro aspecto que eu gostaria de focar que é o do papel da cooperativa dentro do mundo capitalista em que vivemos. Isto é como uma pequena ilha desamparada no meio do oceano. Se nós vírmos as cooperativas uma a uma, mas se elas se juntarem num único organismo, como já existe noutras indústrias, com essa união de cooperativas e com o intercâmbio de serviços e produtos que se comem a efectuar de umas para as outras, a gente abala um bocadinho o poder dos monopólios.

Um exemplo: normalmente é preciso mandar fazer tratamentos, banhos electrolíticos, metalizações a ferro e chapas e tubos. Normalmente mandamos fazer

esses trabalhos a cooperativas. Todos os papeis que gastamos aqui nos administrativos, embora nós façamos cá muitos porque temos uma máquina de fotocópias, mas aqueles que não podemos cá fazer mandamos fazer a uma tipografia que tenha trabalhos em cooperativa. Há outro aspecto concreto que é, por exemplo, a Lisnave. No ano passado encomendou a coordenadora dos têxteis os fatos de macaco para todos os seus trabalhadores; isso anda na ordem dos 100 e não sei quantos mil fatos por ano. Ora essa encomenda feita à coordenadora dos têxteis foi canalizada, salvo erro, para 2 cooperativas que têm garantido o trabalho durante um ano. Estou a focar um aspecto daquilo que poderemos fazer com as transacções de cooperativa para cooperativa.

Evidentemente que nós ao formarmos cooperativas é um acto político, não é só por nós ouvirmos dizer que uma cooperativa é bom que vamos formar uma cooperativa, pois nós ao formarmos uma cooperativa temos um objectivo a atingir. Esse objectivo será a verdadeira sociedade socialista. É difícil, não é através das cooperativas, e já há muitos anos que se verificou isso e agora posta em prática chegamos também à conclusão que não é através da criação de cooperativas que se constrói a sociedade comunista. Mas uma coisa é certa: se nós nos organizarmos bem em coordenadoras, com personalidade jurídica, todas as cooperativas ligadas à sua coordenadora do ramo ou da indústria a que pertencem, não há dúvida que nós de um momento para o outro, se a coisa for bem organizada, com os pés bem assentes e a cabeça no lugar, podemos ter a economia do país na mão. E isso é um grande avanço, porque se não tivermos o poder político mas possuírmos o poder económico é um grande passo para obtermos de seguida o poder político.

O SOCIALISMO NASCE DAS LUTAS DO DIA A DIA

COMBATE - Há forças políticas que partem da concepção de que para o derrube do poder da burguesia a todos os níveis, político, social e económico é preciso as pessoas organizarem-se fora dos seus locais de trabalho, num determinado partido político e a condição que eles põem é a conquista do poder político. E depois da conquista do poder então expropriam as fábricas nacionalizando-as por decretos, sem a menor intervenção dos trabalhadores. Neste momento há forças políticas que dizem que são contra as nacionalizações porque a burguesia está no poder, mas amanhã, se forem eles, que se consideram representantes do proletariado, consideram-se a cabeça dos trabalhadores se estiverem eles no poder farão as mesmas nacionalizações, mas nessa altura já consideram que é socialismo porque são eles que estão no poder. A concepção que você acaba de explicar é diferente: é ir conquistando determinado terreno à burguesia no campo económico, que tem reflexos no político e no aspecto social. Se uma cooperativa no mundo capitalista ficar isolada, concerteza que é uma ilha e não vai ter muitos anos de vida. Mas se essa cooperativa se desenvolver, se tiver ligações com outros trabalhadores que fazem a mesma coisa, que conquistem o poder económico à burguesia no seu local de trabalho e que depois passem a

fronteira do local de trabalho e se comecem a organizar a nível local, a nível regional e a nível nacional, concerteza que se chega a um momento em que o poder económico não está mais nas mãos da burguesia mas nas mãos dos trabalhadores. E o caso mais visível neste momento é o dos camponeses alentejanos que têm uma área cerca de um milhão e tal de hectares expropriadas pelos trabalhadores, não através da lei das nacionalizações, mas através das ocupações, que dizem que foram selvagens, um milhão e tal de hectares em que trabalham cento e tal mil trabalhadores. Concerteza que a burguesia aí perdeu muito terreno. Há outras questões a pôr se nós queremos construir a tal sociedade socialista. Têm que ser os próprios trabalhadores a controlar e a decidir, mas para já é um passo positivo no avanço do poder dos trabalhadores.

Trabalhador A - Costuma-se dizer que a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores... pois eu concordo absolutamente com o que disse sobre as nacionalizações. Eu acho que terão de ser os trabalhadores a dizer quem são os seus verdadeiros representantes, quem são os seus amigos, quem são os seus inimigos e acho que eles ao fim deste ano e meio de revolução já abriram suficientemente os olhos para chegarem a essa conclusão.

COMBATE - Parece-me que uma das coisas mais importantes para se conseguir chegar ao socialismo é que os trabalhadores tenham consciência de que têm de ser eles a fazer as coisas e não delegarem em alguém e ficarem descansados, pensando que esse alguém - em quem delegaram - vai fazer as coisas por eles. Parece-me que é este o principal ponto de que se tem de ganhar consciência e para se ganhar esta consciência não é só lendo livros ou lendo jornais, ou assistindo ao que se passa noutros sítios. É fundamentalmente praticando e pensando simultaneamente no decorrer das lutas que travam. Portanto quando os trabalhadores fazem uma cooperativa, ao estabelecerem novas ligações entre eles, atingem um grau de consciência diferente; se por outro lado se ligam a outras cooperativas deparam com novos problemas e são obrigados a criar novas estruturas e a compreender até onde vão essas estruturas.

Parece-me que o perigo que existe na união de cooperativas é que essas uniões fiquem nas mãos unicamente dos dirigentes, isto é, em todas as cooperativas em todas as empresas em autogestão há pessoas mais esclarecidas, que são em geral as pessoas que têm nas mãos a gestão e que dão as sugestões de avanço das próprias cooperativas. Se são estas pessoas que fazem os contactos com outras cooperativas e se esses contactos permanecem nessas pessoas, a estrutura em si não se modifica muito, porque mesmo que eventualmente o poder económico venha a cair nas mãos dessas pessoas, deita-se abaixo uma burguesia, mas acaba por se criar novos dirigentes destacados da classe operária que continuam a ter nas mãos a produção e a decidir em nome dos trabalhadores. O que é importante saber quando se começam a unificar cooperativas é até que ponto essas uniões não estão a ser comandadas por dirigentes que podem ser ou não de partidos (isso é indiferente), podem não ser de partidos e reproduzirem na mesma uma sociedade hierarquizada. Era isto que eu gostava que vocês, que estão em contacto com outras cooperativas e que estão envolvidos neste processo de unificação, dissessem alguma coisa sobre como é que acham que isso se está a passar: se se está a passar mesmo ao nível de base com empenhamento de todos os trabalhadores, ou se são no fundo, cem ou duzentas pessoas dos chamados mais conscientes que estão empenhados?

Trabalhador A - Se todas as cooperativas utilizarem o sistema que nós aqui sempre utilizamos, eu acho que não vamos destruir cúpulas antigas para criar novas cúpulas, dirigir é o termo. Aqui a nível da direcção da cooperativa só um elemento é que é dos administrativos, os outros 4 são operários ou técnicos especializados. Há outro aspecto importante que eu queria referir, apesar de nós aqui administrativos, só para vos dar uma ideia do que tem sido a união entre todos nós, até porque os administrativos tem a consciência de que não são precisos para nada se não houver os operários que produzem, mas os operários têm também a consciência de que os trabalhos administrativos têm de ser feitos e terão sempre de ser feitos. Nós apesar de sermos administrativos entramos também às oito horas da manhã como os outros operários, fazemos 45 horas semanais com um horário a-

Um ano de luta

bsolutamente igual. Aqui se há muito distribuí-se muito por todos, se há pouco distribuí-se pouco por todos, se há muitas alegrias é para todos, se há muitas tristezas também são para todos.

Voltando atrás, queria focar o aspecto dos representantes dos trabalhadores. Eu acho que numa cooperativa, nos partidos, nos movimentos políticos, nos sindicatos nas sociedades de recreio só está à frente quem na verdade as bases querem. Se são as bases que os põem lá, quando eles por qualquer motivo põem o pé na argola, não têm mais do que dar uma cacetada na cabeça e saírem de lá, irem para lá outros que os representam. Eu queria focar neste aspecto o seguinte: quando nos elegemos uma direcção para uma cooperativa, quando ela não é capaz de cumprir a tarefa para a qual foi eleita, só há um caminho a seguir é todos os trabalhadores pedirem uma assembleia, destituírem aquela direcção que lá está, e por lá outra que lhes mereça mais confiança. Se todas as cooperativas tiverem nas direcções os elementos que verdadeiramente defendem os interesses da classe a que pertencem, que é aquela que sempre foi explorada, que sempre fez tudo e que nada tem, se, dizia eu, em todas as cooperativas se fizer isto tudo, pois se as uniões têm representantes dessas mesmas cooperativas automaticamente também se está a reflectir nas uniões, quem são os indivíduos que lá estão, quem é a classe que eles verdadeiramente representam, e como não há lugares vitalícios, as pessoas quando são nomeadas para estes cargos é por um período, que terá de ser definido em estatuto. Portanto, não são sempre os mesmos, e isso até, quanto a mim, é a melhor maneira pois todos passam por lá, todos começam a consciencializar e todos começam a ter a verdadeira noção das responsabilidades e dos problemas que vão surgindo e da maneira que eles têm de ser resolvidos, e são sempre resolvidos da melhor maneira, até porque a classe operária é aquela fonte in-negotável para a resolução dos problemas que se nos deparam e nós aqui temos tido provas disso, melhor ou pior temos resolvido todos os problemas, e penso que os outros trabalhadores nas outras empresas, em autogestão ou em cooperativas, com mais empurrão de um lado, ma-

is empurrão do outro, resolvem os problemas a contento, da maneira que lhes é mais favorável e que lhes dá mais confiança para encarar o futuro.

A partir de certa altura nós começamos a ver que de um momento para o outro o sistema político em Portugal podia, de uma assentada, acabar, fechar a federação, até porque a Federação não é uma organização que tenha personalidade jurídica, não tem escritura, notarialmente não está reconhecida. Como nós sabemos que os trabalhadores devidamente organizados é que conseguem arrebatar o poder a essa minoria exploradora que se chama burguesia, e que pois quanto mais os trabalhadores se organizam mais pânico surge na burguesia, portanto nós temos de avançar, e se não vejamos o que mais preocupou a burguesia após o 25 de Abril? Foi a organização dos trabalhadores através dos seus organismos de classe, foi o poder popular, foram as comissões de trabalhadores que começaram a aparecer, foram as comissões de moradores, foram as comissões de aldeia, foram as comissões locais, todo o povo começou a organizar-se, e o que é que aconteceu? Aconteceu que se deu um golpe, um golpe que quanto a mim considero um golpe burgues, para tentar acabar com toda a organização dos trabalhadores pela força, pela repressão. Isto foi só um aparte que eu fiz, nem sei se foge à pergunta...

Mas no que diz respeito à união, pois nós começamos a verificar que se tivermos uma união, se conseguirmos planificar todas as nossas necessidades, se nós trabalhadores estivermos à frente dessa união, pois temos mesmo que estar, somos nós as cooperativas que destacamos para a união os elementos que entendemos e que portanto também serão eleitos.

A coordenadora da construção civil já funciona, a coordenadora da têxtil já funciona e há mais uma outra coordenadora que me parece que é do frio, ou qualquer coisa ligado (frigoríficos, etc.) e que já funciona também.

A nossa foi criada há muito pouco tempo, a escritura ainda não foi feita, parece-me até que já está marcada, os outorgantes dessa escritura já estão indicados. Há representantes colectivos que vão em nome de cooperativas e há representantes individuais que vão em nome de comissões de trabalhadores.

A BURGUESIA TEME A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

COMBATE - A ideia da formação da união apareceu de quem? Veio de alguma direcção de cooperativa? Que tipo de empresas abarca e que reuniões têm?

Trabalhador A - As cooperativas a partir de certa altura começaram a reunir regularmente na Federação - para a qual contribuem nas despesas. Os elementos que trabalham na Federação são elementos de cooperativas. Portanto aquilo mantém-se de pé com a colaboração monetária ou física de elementos que lá estão. Nós monetariamente, embora tenhamos no nosso estatuto 1% do valor dos levantamentos (coisa que ainda não fizemos por falta de disponibilidade financeira), mas temos lá um homem a trabalhar a tempo inteiro. Ele faz o seu levantamento como se estivesse aqui a trabalhar.

Ao longo de várias reuniões na Federação, e a ideia começou a surgir já muito perto de Novembro, pensou-se a começar a criar coordenadoras - organismos que planeassem todo o trabalho, todas as estruturas das cooperativas nos ramos das indústrias a que pertencem e vimos essa necessidade, até porque se isso começa

a trabalhar tudo como deve ser, parte da economia passa a ser controlada por nós.

Perguntou-me se isto era a nível só de cooperativas ou se entravam também trabalhadores de outras empresas. Lembrou o caso da Lisnave, pois que está nacionalizada, embora a Lisnave possa dar a sua ajuda, a sua contribuição é através da comissão geral de trabalhadores ou comissão coordenadora que eles têm. Vou-vos também focar o caso de outra firma que não está nacionalizada, que não está em autogestão, mas que a única coisa que os administradores dizem que lá vão buscar é o dinheiro, não fazem mais porque os trabalhadores não deixam. Essa firma é a Metalúrgica Luso-Italiana, onde há um controlo tão grande da parte dos trabalhadores que os próprios administradores não passam cheque nenhum sem que primeiro seja visado pela comissão de trabalhadores. Não se faz ali

nada sem a autorização da comissão de trabalhadores. A Luso-Italiana também faz parte da coordenadora e outras ainda que não me lembro, até porque estive em poucas reuniões lá na Federação.

PROPOSTA

COMBATE - Ora, passámos aqui este tempo todo a falar sobre a vossa experiência de autogestão e de cooperativa e seria bom que a malta reunisse outra vez com camaradas de outras empresas também em autogestão ou que se transformaram depois em cooperativas para debater o problema da autogestão numa sociedade capitalista: até onde é que ela pode ir, até onde é que não pode ir. Além de camaradas de outras empresas propunha também uma outra pessoa, que é um realizador de um filme chamado "Deus, Pátria, Autoridade" que está a decorrer no cinema Universal; não interessa agora estar a discutir o filme mas que quase na parte final os tipos afirmam categoricamente, mas sem explicar porquê, e aconselham numa atitude paternalista para os trabalhadores não se meterem na autogestão, porque a autogestão é um logro. Se vocês estiverem de acordo com essa mesa-redonda, com camaradas de outras empresas, iria o **COMBATE** como coordenador e iria o realizador do filme e o autor do texto, esta é a sugestão.

Trabalhador B - Sobre a mesa-redonda a efectuar, por conseguinte aqui, estamos inteiramente de acordo.

Vitória em Luta

(Continuação da pág. 5)

O contrato de arrendamento ainda não se fez. Estão interessadas em fazê-lo ou não?

- É claro, ninguém vai querer a casa de graça; estamos dispostas a fazer o contrato e a pagar a renda.

Estão dispostas a juntar-se com outros moradores, que tenham ocupado casas com o apoio da Comissão de Moradores da Vitória, para defender os vossos direitos às casas que ocuparam?

- Nós vamos defender as casas dos outros como eles têm que vir defender a nossa. Todos juntos é que podemos fazer alguma coisa.

DORSIL:

D O R S I L - de novo em greve

Publicamos nos n.ºs. 37 e 38 uma entrevista com operários da DORSIL. Estes iniciaram uma greve no dia 25 de Fevereiro que viriam a terminar no dia 9 de Março sem satisfação das reivindicações. Contudo, os operários impuseram condições que, entretanto, não foram respeitadas, daí o recurso de novo à greve iniciada no dia 2 de Abril. Esperamos publicar no próximo número um texto mais detalhado.

QUERO ASSINAR O **COMBATE** DESDE O NY ...

1 ano (26 números) 96\$00
6 meses (13 números) 48\$00
Apoio (anual) 120\$00 mínimo
Europa (anual) 212\$00 por avião
USA (anual) 264\$00 por avião
Angola (anual) 216\$00 por avião

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO **COMBATE**

Junto envio\$...

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome do director)

À Liberalização trabalhadores opoem greve

(Continuação da pág. 1)

Ali se realizou a Assembleia que se prolongou até ao fim do último turno da tarde de sábado.

Em Assembleia pudemos resistir a todas as tentativas da empresa para quebrar a nossa unidade e dividir-nos, saindo cada vez mais fortes.

No início foram os pedidos para que voltássemos ao trabalho, depois as ameaças de sanções e despedimentos.

Ali informávamo-nos dos acontecimentos, discutíamos as propostas e decidimos o que fazer para manter forte a nossa unidade e a forma de seguir para a frente e conseguir o que pedíamos. Ali também fomos conhecendo as lutas dos companheiros da construção de MACOSA, de Iridelco, etc.:

Decidimos:

- Não voltar ao trabalho até que a empresa cedesse às nossas exigências.

- Não aceitar nem sanções nem despedimentos, ou todos ou nenhum.

O turno da tarde juntou-se a nós e continuámos, os dois turnos, reunidos até às sete da tarde.

A empresa exigiu que nós desalojássemos a fábrica, senão chamaria a polícia. Negámos, mas os cinzentos não apareceram; bastante trabalho teriam nessa tarde em Valência.

Decidimos voltar no dia seguinte pela manhã os dois turnos e o terceiro juntou-se a nós às 13.

Uma vez ali fomos esperar os do escritório e convidámo-los pacificamente a juntarem-se a nós, mas não quiseram. Limitaram-se a apresentar um escrito com exigências parecidas às nossas, que nos leram em Assembleia, mas pedindo que reafirmássemos a nossa posição para que sássemos mais unidos. Às duas horas fomos embora, ficando o terceiro turno. Decidimos encontrar-nos no domingo fora da empresa para saber se esta entretanto tinha monobrado para nos dividir ou se havia sanções; prevendo-as para segunda-feira de manhã, decidimos concentrar-nos às seis, os três turnos.

Companheiros: Apoio a todas as lutas operárias.

IRRIDELCO EM LUTA

Empresa americana, em fase de expansão, dedicada à fabricação de bombas de água, situada em Polígono C. Mucedo (Cuart de Poblet).

Apresentámos a 20 de Dezembro a seguinte plataforma:

1º 1.000 pesetas de aumento semanal igual para todos.

2º 100% em caso de doença ou acidente

3º Categoria correspondente a cada posto de trabalho

4º Normalização, de uma maneira correcta, do prémio de pontualidade e assistência

5º Que o turno da tarde receba a noturnidade correspondente e que não seja necessário recuperar as horas de sábado.

A Empresa comprometeu-se a dar uma resposta na primeira semana de Janeiro. Entretanto levanta-se a questão das horas extraordinárias, pagas à margem da lei.

Vai-se criando um ambiente de mal-estar. Os carregadores da manhã, no dia 10, deixam um camião a meio da descarga. O mal-estar aumenta ao chegar o ano novo sem resposta, ganhando forma a ideia de exigir, incluindo pela paralisação.

Dia 15 - Os trabalhadores da manhã exigem uma resposta; como não a obtêm às onze horas todos paralisam o trabalho.

Intervém o chefe do pessoal e produção, membro do júri*, propondo uma trégua, o que não é aceite. Chega o turno da tarde que, depois de informado, adere à greve. A Empresa diz dar uma resposta às cinco, a essa hora estão todos os trabalhadores. O director apenas consente em dialogar com o júri. Eis os resultados:

1º - Nem pensar em 1000 pesetas, apenas uns 8 a 10%, 15 a negociar.

2º - Não aos 100% de doença e acidente

3º - Serão revistas as categorias

4º - Pagamento de noturnidades, mas não à redução da semana para o segundo turno.

Nós trabalhadores, não aceitámos e superando a confusão gerada pelo chefe de pessoal e produção, que falava das consequências graves da paralisação e lançava a ideia de legalizá-la, votámos e decidimos continuar a greve.

Ao ficar só, o segundo turno é ameaçado com a polícia caso os trabalhadores não abandonassem a fábrica; nem os trabalhadores abandonaram nem veio a polícia.

Dia 16 - A direcção ameaça chamar a polícia e fechar a empresa. Os trabalhadores da manhã estão firmes, realizam duas assembleias, evitando a presença de estranhos: encarregados e chefe de pessoal e produção. Comunicam a sanção de

suspensão de trabalho e ordenado por sete dias para todos os trabalhadores.

Chega o segundo turno. À chegada é-lhes anunciada a sanção e entram na empresa apesar do convite dos encarregados para não o fazerem.

Pagam-nos a todos a semana descontada: com as horas de paralisação descontadas e sem contagem voluntária de prémios.

Com os dois turnos reunidos em Assembleia decidimos:

- Continuar com a luta sem ceder

- Resolver os problemas económicos

- Realizar uma Assembleia segunda-feira dia 19, fora da empresa.

Dia 19 - À Assembleia esteve a quase totalidade dos trabalhadores e decidimos:

- Reafirmar a luta sem ceder

- Pôr em acção meios de resistência económica

- Nova Assembleia antes do cumprimento da sanção

- Voltar à empresa, os dois turnos, no dia 23 às sete horas, data prevista segundo a sanção.

Companheiros: Apoio a todas as lutas operárias.

Valência, Janeiro de 1976

* Trata-se de órgãos de "conciliação" entre a entidade patronal e os trabalhadores (Nota do COMBATE).

Publicamos dois comunicados duma FOLHA INFORMATIVA DOS OPERÁRIOS

DE URALITA E IRRIDELCO, profusamente distribuída em VALÊNCIA e aparecidos em "Le Combat Syndicaliste, de 12 de Fevereiro de 1976, págs.2 e 6 respectivamente.

Apesar de não termos conhecimento do final das lutas relatadas, pensamos que estes dois documentos são muito importantes para o conhecimento das lutas e formas de organização desenvolvidas pelos nossos camaradas espanhóis hoje no combate ao capitalismo.

SOBRE O QUOTIDIANO

Num fim de intervalo.

"- Houve lá, a malta combinou encontrar-se na sexta, às oito, na "Bia", e depois vai-se para casa do Viegas se não estiver lá ninguém... De acordo?"

- "Tá bem, a Lóló vai?"

(Vamos ver o que sai dali. E o Filipe como irá com a Sara, disseram-me que anda nuns "engatanhos" na Costa...

Tenho de ir lá com ele um dia, a ver se me safo...

Mas tenho de ir à aula. Qual é a sala? Ah!, 17. Vamos a ver se me despacho, senão apanho falta... ainda por cima é matemática, com aquela tipa chata que não ensina nada!

Caramba, agora é que me lembro de que me esqueci de tratar do documento do velho! Lá vai outra bruta "descasca" logo à noite! Paciência, piro-me. O chato é que o gajo anda sempre a "mandar vir" quando saio de casa, e que lhe tenho de obedecer, o raio que o parta, tem a mania que manda, como não consegue mandar no patrão... Afinal o gajo é um frustrado, o pior é que ele julga que todos têm de ser frustrados como ele - merda!.

Porque é que não hei-de ter a liberdade de ser o que quero?

O pior é que vivo sempre nisto, nesta paz podre da rotina, da família, das fugas do sexo... Isto tudo afinal...)

Olhei para a janela e vi as barracas, as crianças sujas batendo-se...

Ora! Então senti em mim um brado de revolta e perguntei-me se realmente não tinha nada a ver com as crianças.

Tó Mané